

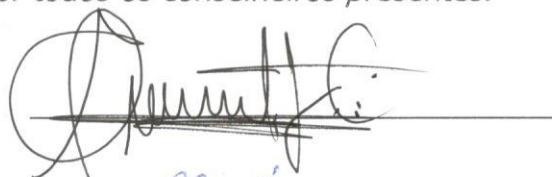
ATA DA 134ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
AMERIPREV REALIZADA NO DIA 09/03/2017

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, no Auditório Villa Americana, sito à Avenida Brasil, 85, Centro, Americana, São Paulo, às 9 horas, reuniram-se para a 134ª reunião ordinária do Conselho de Administração, os conselheiros Everton Martins de Lima, Maria Socorro de Carvalho, Nilza Regina Cordeiro Galluci, Daniela Aparecida Alves, Maria Janete Pasqualetto, Cintia Lázara Bonon e Fernando Ferrari. Também estiveram presentes o Superintendente do Ameriprev Joaquim Pedro Mello da Silva e os membros da Diretoria Executiva, Antonio Sebastião Moro, Vivian Cristina Lafolga Ruiz e o Procurador do Instituto João Bosco Ramalho. Em pauta, discussão e análise do PPA – Plano Plurianual do Ameriprev e demais assuntos de interesse do Conselho. O Presidente em Exercício do Conselho Everton verificando que havia número suficiente de conselheiros para dar início aos trabalhos fez a abertura da reunião, convidando a mim Maria Janete Pasqualetto, para secretariar e compor a mesa. O presidente informou as ausências justificadas dos conselheiros Ordival Olivatto e Tatiane Pereira Apostólico a primeira por não conseguir se ausentar do local de trabalho em razão da Unidade estar desfalcada de funcionários e ter de analisar contratos e pregões e, Ordival que no mesmo horário estaria participando de reunião no DAE com diretores da autarquia e diretores da ARES/PCJ. Para suprir essas ausências compareceu o conselheiro suplente Fernando Ferrari e não conseguimos falar com os outros suplentes que receberam convocação por e-mail. Dando início ao expediente, o presidente informou o encaminhamento de ofício ao Superintendente e a diretoria executiva para explanarem sobre o PPA e suas diretrizes (Ofício CA nº 008/2017); iniciou-se a reunião com a concessão da palavra pelo Presidente ao Diretor Financeiro Antonio Sebastião Moro que realizou a apresentação do PPA para o quadriênio de 2018 a 2021, interpretando as Leis

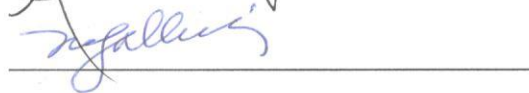
nº 4320/64, Lei Complementar nº 101 de 2000 e Lei Orgânica Municipal todas com foco no orçamento, nas despesas e receitas do poder público e suas autarquias, informou ainda que o escopo das planilhas com as dotações, previsões de arrecadação e despesas estão em conformidade com o que estabelece o Ministério do Planejamento da União, explanou detalhadamente sobre a planilha apresentada, discorreu sobre a receita de capital no PPA que foi objeto de pergunta do Conselheiro Everton, dizendo que não causa impacto negativo e nenhum empecilho o importante é fixar as despesas e, receitas extras que entrarem não implica em não poder usá-las; o Superintendente informou que os pagamentos de funcionários do Instituto estão em ordem, assim como as contas e despesas correntes como pagamentos de aluguel, energia, internet, fornecedores, serviços de assistência técnica e de assessorias, assim como aposentadorias e pensões; manifestou preocupação com a falta de repasses por parte da Prefeitura e o equilíbrio financeiro futuro, explanou sobre a possibilidade de reforma da Previdência Social e os impactos que isso poderia causar no Instituto; respondeu ao ser questionado sobre o que impactaria a demissão de servidores em estágio probatório e a possível volta ao regime celetista dos servidores que migraram para o estatuto, demonstrou preocupação com a insolvência e, com os impactos financeiros negativos que isso acarretaria ao Instituto se tudo isso se confirmar, ainda sobre a questão disse que a Liminar que a Prefeitura recorreu e foi negada sobre a inconstitucionalidade da migração de celetistas para estatutário é uma preocupação constante e acredita que a Prefeitura esteja tomando todas as medidas cabíveis para enfrentar o assunto e resolvê-lo; disse ainda que o Ameriprev tem vinte aposentadorias em andamento e vamos ter que continuar trabalhando e concede-las se for de direito, haja vista a Liminar ser decisão provisória e não de trânsito em Julgado, o que corroborou a fala do Procurador Jurídico do Instituto; ficou ainda acordado nesta reunião que o Conselho de Administração votará o PPA ainda no mês de março, caso haja alguma dúvida ou algum acréscimo ao PPA este deverá ser deliberado e votado após sanadas todas

as dúvidas e sugestões pertinentes que forem enviadas e respondidas pela Diretoria Executiva. Após as considerações dos conselheiros a proposta foi submetida à votação, tendo recebido o voto favorável de todos os conselheiros. Não havendo outras questões a tratar, nem quem mais quisesse fazer uso da palavra, o presidente determinou o encerramento da reunião. A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada por todos os conselheiros presentes.

1. Everton Martins de Lima



2. Nilza Regina Cordeiro Galluci



3. Daniela Aparecida Alves



4. Maria Socorro de Carvalho



5. Cíntia Lázara Bonon



6. Fernando Ferrari



7. Maria Janete Pasqualetto

